



**PRÁTICAS DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DA BAHIA**

*MANAGEMENT PRACTICES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A CASE STUDY
IN AN AGRICULTURAL COOPERATIVE IN THE STATE OF BAHIA*

Autora: Glória Stephany Basílio Boneti

Filiação: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

E-mail: stephanygloria73@gmail.com

Autora: Daciane de Oliveira Silva

Filiação: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

E-mail: dacianesilva@yahoo.com.br

Eixo temático: <<4.5 - Impactos e Contribuições econômicas, sociais e ambientais

Resumo

O presente artigo objetiva compreender como as práticas de gestão da Cooperativa de Produtores Rurais de Tancredo Neves (COOPATAN) podem contribuir no enfrentamento da pobreza rural, com base no primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU – a Erradicação da Pobreza. A COOPATAN atua como intermediária no acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), facilitando a aquisição de terras e incentivando a geração de renda no campo. O embasamento metodológico partiu de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratória, materializada em entrevistas semiestruturadas com atores-chave e análise documental. Os resultados demonstram que a organização dos agricultores em condomínios, articulada pela COOPATAN, promove aumento da produtividade, melhoria da renda, redução do êxodo rural e fortalecimento da economia local. O estudo evidencia o papel estratégico das cooperativas na promoção da justiça social e no combate às desigualdades no meio rural, reafirmando sua relevância como instrumentos de desenvolvimento sustentável.



Palavras-chave: Cooperativismo, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural

Abstract

This article aims to understand the role of the Tancredo Neves Rural Producers Cooperative (COOPATAN) in tackling rural poverty, based on the 1st Sustainable Development Goal (SDG) of the UN 2030 Agenda – the Poverty Eradication. COOPATAN acts as an intermediary in accessing the National Land Credit Program (PNCF), facilitating land acquisition and encouraging income generation in the countryside. The methodological basis was based on qualitative and exploratory research, materialized in semi-structured interviews with key actors and documentary analysis. The results demonstrate that the organization of farmers in condominiums, articulated by COOPATAN, promotes increased productivity, improved income, reduced rural exodus and strengthened the local economy. The study highlights the strategic role of cooperatives in promoting social justice and combating inequalities in rural areas, reaffirming their relevance as instruments of sustainable development.

Keywords: Cooperativism, Family Farming, Rural Development

1. Introdução

A pobreza rural é um tema amplamente discutido desde o pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente após a modernização agrícola impulsionada pela Revolução Verde. Embora essa transformação no meio rural tenha aumentado a produtividade, também aprofundou desigualdades, pois exigiu elevados investimentos em tecnologias e insumos, inviabilizando a permanência de muitos pequenos produtores e agravando a pobreza nas zonas rurais.

Diante desse cenário, a visão de desenvolvimento proposta por Amartya Sen (2010), na sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, amplia a compreensão do problema, ao destacar que o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, devendo priorizar a expansão das liberdades reais das pessoas — como a capacidade de escolher e levar uma vida que valorizem. Assim, o combate à pobreza exige promover



não apenas renda, mas também direitos, capacidades e oportunidades.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural passa a ser entendido como a ampliação dessas liberdades, especialmente por meio do acesso à terra, à renda e à participação em organizações coletivas, elementos fundamentais para enfrentar a pobreza rural e conter o êxodo para as cidades. Dentre as políticas públicas voltadas para esse objetivo, destaca-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que possibilita o acesso à terra mediante crédito, promovendo autonomia produtiva e democratizando oportunidades no meio rural. Esse programa é amplamente utilizado pela Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN), estudo de caso escolhido pela pesquisa.

Fundada em 2000 por 30 produtores rurais, a COOPATAN visa fortalecer a agricultura familiar por meio da organização coletiva e da estruturação de cadeias produtivas, com destaque para as cadeias da mandioca e banana. Atualmente, conta com cerca de 350 cooperados e atua em parceria com instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ampliando seu impacto econômico e social.

A COOPATAN promove a criação e gestão de condomínios rurais viabilizados pelo PNCF, que oferecem aos agricultores, além do acesso à terra, assistência técnica, crédito, infraestrutura e canais de comercialização. Tais ações tendem a contribuir para a redução da pobreza rural, promovendo autonomia, segurança alimentar e desenvolvimento local. Diante desse cenário, esta pesquisa objetiva compreender como a criação de condomínios rurais viabilizados pela COOPATAN tem contribuído para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 1 - a erradicação da pobreza.

Este artigo, resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em finalização, está estruturado em quatro partes: (1) Introdução com a apresentação do objeto de estudo; (2) Referencial teórico que traz uma breve discussão acerca da agricultura familiar, crédito fundiário, cooperativismo e os objetivos do desenvolvimento



sustentável; (3) Metodologia com o detalhamento dos procedimentos de pesquisa; (4) Análise e discussão dos resultados que apresenta as descobertas e (5) as considerações finais da pesquisa.

2.1 Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e o acesso ao crédito fundiário

Estudos indicam que a sustentabilidade no meio rural está diretamente ligada à agricultura familiar brasileira, caracterizada por pequenos estabelecimentos onde a família detém os meios de produção e executa o trabalho, preservando práticas históricas desde o período colonial e resistindo às pressões do agronegócio.

A Lei nº 11.326/2006 estabelece critérios para definir o agricultor familiar: posse de até quatro módulos fiscais, uso predominante de mão de obra familiar e geração de renda a partir do próprio estabelecimento. Essa legislação consolidou a identidade do setor e orientou políticas públicas de inclusão produtiva e social. Entretanto, o acesso à terra permanece como um dos principais desafios para esses agricultores. Políticas como a reforma agrária e o crédito fundiário são essenciais para democratizar o uso da terra e assegurar justiça territorial, promovendo tanto o retorno de migrantes quanto a permanência de agricultores em seus territórios (Gomes; Cazella; Búrigo; Birochi, 2014).

A modernização agrícola, a partir dos anos 1950, elevou a produtividade, mas também reduziu a necessidade de mão de obra, impulsionando o êxodo rural. Esse processo ampliou a demanda por uma estrutura fundiária mais justa e pelo fortalecimento da agricultura familiar, visando gerar renda, emprego e segurança alimentar (Galindo; Castro; Resende; Cravo, 2015).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) se destaca como uma alternativa para a aquisição de terras por agricultores sem ou com pouca terra, promovendo ainda investimentos em infraestrutura, moradia, assistência técnica e extensão rural. O programa busca fomentar a autonomia e o protagonismo dos agricultores, impactando diretamente a erradicação da pobreza rural.

O PNCF possui duas linhas principais: a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), com foco em financiamentos individuais; e o Combate à Pobreza Rural (CPR),



que exige organização coletiva e projetos comunitários. Esta última linha reforça o cooperativismo e o uso eficiente e democrático dos recursos públicos, fortalecendo a cidadania e a sustentabilidade no meio rural.

2.2 Cooperativismo e a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O cooperativismo rural brasileiro possui raízes históricas profundas e um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social das regiões agrícolas. Desde as primeiras experiências no início do século XX, o modelo cooperativo tem sido uma ferramenta essencial para a inclusão produtiva de pequenos agricultores, oferecendo alternativas frente às limitações impostas pelo modelo tradicional de mercado (Spanevello; Drebes e Lago, 2011).

No entanto, a efetividade do acesso a políticas públicas depende fortemente da capacidade de organização coletiva dos produtores. As cooperativas agropecuárias surgem como instrumentos centrais nesse processo, promovendo acesso a mercados, assistência técnica e crédito. Elas contribuem significativamente para a permanência das famílias no campo e a sustentabilidade das pequenas unidades produtivas (Torres; Cazane; Deróbio; Oliveira, 2024).

Dados da OCB (2017) demonstram a relevância do cooperativismo agropecuário no Brasil, com destaque para o seu papel na economia rural. Dentre as mais de 6 mil cooperativas brasileiras, cerca de 1.600 são voltadas ao setor agropecuário, indicando a importância das redes de cooperação na estruturação da agricultura familiar e no enfrentamento de suas vulnerabilidades históricas.

A atuação das cooperativas tem demonstrado impactos positivos mensuráveis. Estudos apontam que municípios com forte presença de cooperativas apresentam Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) superiores à média nacional. Isso evidencia a capacidade das cooperativas de não apenas gerar renda, mas também melhorar condições de vida por meio da organização coletiva e da gestão compartilhada dos recursos (Jacques; Verginio; Estevam, 2020).

Em um contexto marcado pelo desemprego estrutural e pela precarização do



trabalho, o cooperativismo ressurgiu como uma alternativa sólida à exclusão econômica. Para muitos agricultores familiares, integrar uma cooperativa significa garantir acesso a crédito, assistência técnica, mercados e insumos, mantendo a autonomia sobre sua terra e seu trabalho (Jacques; Verginio; Estevam, 2020)

Os ODS da ONU compõem a principal agenda global de combate às desigualdades, à pobreza e à degradação ambiental. Com foco na integração entre justiça social, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, os ODS oferecem um novo paradigma para a formulação de políticas públicas, especialmente nas áreas rurais.

O primeiro ODS, que trata da erradicação da pobreza, tem papel central nas estratégias de desenvolvimento rural. A partir dos anos 2000, especialmente durante os governos progressistas, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como eixo estruturante da política agrária nacional, com programas de apoio e financiamento voltados à inclusão produtiva do meio rural (Torres; Cazane; Deróbio; Oliveira, 2024).

Esse reconhecimento da agricultura familiar como categoria social resultou em avanços concretos, como a ampliação do crédito rural, a assistência técnica pública e a inclusão de agricultores em programas de compras governamentais. Esses instrumentos alinham-se diretamente aos ODS ao promover segurança alimentar, geração de renda e a permanência digna no campo, sobretudo para pequenos produtores.

2.3 A Erradicação da Pobreza na Agricultura Familiar

A erradicação da pobreza, especialmente no meio rural, permanece como um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Embora diversas iniciativas tenham sido implementadas por instituições públicas e privadas, persistem desigualdades estruturais profundas. A Agenda 2030 da ONU aponta a superação da pobreza em todas as suas formas como a base essencial para alcançar os demais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que reforça a importância de políticas voltadas para os agricultores familiares, historicamente mais vulneráveis.

No meio rural brasileiro, as raízes da pobreza estão fortemente associadas à concentração fundiária, à modernização agrícola excludente e à migração forçada para



áreas urbanas. Essa combinação histórica gerou um modelo de desenvolvimento que marginalizou os pequenos produtores. Embora a agricultura familiar represente a maioria dos estabelecimentos rurais no país, ela ainda enfrenta acesso limitado a crédito, mercados e serviços essenciais, o que dificulta sua plena inserção na economia nacional e perpetua um ciclo de pobreza (ONU, 2015).

Além dessas barreiras estruturais, a ausência de uma linha oficial de pobreza no Brasil dificulta o diagnóstico e o enfrentamento do problema. Segundo Osorio, Soares e Souza (2011), os critérios para definição da pobreza refletem escolhas políticas, o que impacta diretamente nas prioridades governamentais. Dessa forma, muitas famílias rurais continuam fora do alcance de políticas públicas específicas, evidenciando a necessidade de instrumentos mais justos e eficazes para mensuração e superação da pobreza.

Para romper esse ciclo, é fundamental fortalecer os mecanismos de financiamento público voltados à agricultura familiar, como o crédito orientado a investimentos produtivos, a assistência técnica e a articulação com cooperativas. Essas ações promovem a autonomia dos produtores, facilitam o acesso a mercados e impulsionam o desenvolvimento local. A erradicação da pobreza rural, portanto, não depende apenas de políticas compensatórias, mas sim de uma transformação estrutural que valorize os sujeitos do campo como protagonistas do desenvolvimento sustentável.

3. Metodologia

A presente pesquisa fruto de um trabalho de conclusão de curso em processo de finalização, adotou uma abordagem qualitativa, com a realização de um estudo de caso sobre a atuação da COOPATAN no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com foco na contribuição da cooperativa para o cumprimento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — Erradicação da Pobreza.

Com a finalidade de dar certa robustez aos dados, buscou-se analisar o objeto da pesquisa, a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas, nos formatos presencial e online, entre os meses de julho a dezembro de 2024. Entrevistou-se um total de 9 (nove) atores-chave, sendo que 5 (cinco) deles fazem parte de cada condomínio rural e os demais



entrevistados, contribuíram no processo de entendimento acerca da dinâmica do PNCF na vida dos agricultores familiares envolvidos. Como forma de preservar a identidade intitulamos os gestores do programa, dirigente da cooperativa e parceiro de entrevistados (E1...E4) e os agricultores dos condomínios rurais como beneficiários (B1...B5).

Complementarmente, procedeu-se à análise documental de registros institucionais que evidenciam a participação dos agricultores no PNCF. A interpretação dos dados foi conduzida pela técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar práticas e retorno social relacionados à atuação da cooperativa no desenvolvimento rural sustentável.

4. Análise e discussão dos dados

4.1 Histórico da COOPATAN

A Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN) foi fundada em 18 de julho de 2000, a partir da iniciativa conjunta de 30 agricultores familiares, com o objetivo de organizar a cadeia produtiva da mandioca, enfrentando dificuldades relacionadas ao manejo e à comercialização do produto. Ao longo dos anos, a cooperativa consolidou-se como uma referência no cooperativismo rural, atualmente congregando cerca de 365 associados e promovendo o desenvolvimento socioeconômico por meio da inclusão produtiva (Entrevistado 01, 2024).

Importantes parcerias institucionais contribuíram para a capacitação técnica, o financiamento e a ampliação da infraestrutura da cooperativa, destacando-se as colaborações da EMBRAPA, BNDES, SENAR, o Governo do Estado da Bahia e a Fundação Odebrecht (BNDES, 2021). Dentre os programas implementados, ressalta-se o Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), liderado pela Fundação Odebrecht, que visa o fortalecimento da agricultura familiar e a geração de renda sustentável no meio rural.

A parceria com o PDCIS foi fundamental para viabilizar a implementação dos condomínios rurais, articulados à política pública do PNCF. Enquanto o PNCF assegura o acesso à terra por meio de crédito, o PDCIS oferece suporte técnico, educacional e ambiental, promovendo a consolidação do processo produtivo e contribuindo para a



sustentabilidade social e econômica das famílias dos agricultores (BNDES, 2021, 2022).

4.2 Desenvolvimento Rural e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O acesso à terra representa um dos maiores desafios para a agricultura familiar no Nordeste brasileiro, especialmente no município de Presidente Tancredo Neves (BA), onde grande parte das famílias detinha posse precária ou trabalhava em regime de parceria com fazendeiros, apresentando rendas inferiores a um salário mínimo e propriedades com áreas inferiores a um hectare (Entrevistado 04, 2024). Neste contexto, a COOPATAN identificou no PNCF uma estratégia viável para superar tais limitações.

A partir das entrevistas com os gestores, a partir de 2013, com o apoio da prefeitura municipal e da Fundação Odebrecht, foi designado um funcionário do município para atuar junto à cooperativa, orientando agricultores quanto à documentação necessária e ao acesso ao crédito fundiário, beneficiando tanto associados quanto não associados. O PNCF objetiva viabilizar o acesso à terra e a elevação da renda de trabalhadores rurais sem terra ou com áreas insuficientes, por meio do financiamento para aquisição de imóveis rurais, infraestrutura e projetos produtivos.

Mediante a intermediação da COOPATAN, foram implementados os chamados condomínios rurais, nos quais grandes fazendas improdutivas foram adquiridas, divididas e distribuídas entre pequenos agricultores, promovendo aumento da renda, combate à pobreza rural e estímulo à economia local.

Dentre as linhas de crédito mais utilizadas pela COOPATAN destacam-se: o PNCF Social, destinado a famílias inscritas no Cadastro Único, com limite de até R\$ 40.000,00 e juros de 0,5% ao ano; o PNCF Jovem, que oferece até R\$ 80.000,00 para produtores com até 29 anos, incentivando a permanência dos jovens no campo (Entrevistado 02, 2024).

A assistência técnica prestada pela COOPATAN, em conjunto com os financiamentos obtidos, tem permitido que muitas famílias aumentem significativamente sua produção e renda, reduzindo a dependência de programas assistenciais como o Bolsa Família (Entrevistado 03, 2024). O protagonismo jovem também tem se destacado,



especialmente entre beneficiários da linha PNCF Jovem, que recebem capacitação na Casa Familiar Rural e desenvolvem suas propriedades com maior autonomia e eficiência.

Segundo dados da análise documental, o processo para obtenção do financiamento pelo PNCF envolve a criação de uma conta “SouGov” pelo beneficiário e a vinculação a um CNPJ habilitado para representação jurídica, etapa em que a COOPATAN atua como intermediadora, assumindo a responsabilidade pelo cadastramento, coleta e envio da documentação, bem como pelos custos relacionados.

Para estar apto ao financiamento, o candidato não deve possuir vínculo empregatício nos últimos cinco anos, comprovar geração de renda por meio da terra, manter documentação pessoal atualizada e não possuir pendências financeiras (Entrevistado 03, 2024). A cooperativa também auxilia na regularização documental, especialmente diante das exigências da Lei nº 10.267/2001, que requer o georreferenciamento dos imóveis rurais junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Com a geração de renda já durante o período de carência do financiamento, estimado em três anos, os beneficiários conseguem se desvincular do Bolsa Família, evidenciando o impacto do programa na promoção da autonomia produtiva e econômica (Entrevistado 03, 2024). O financiamento para infraestrutura dos condomínios é geralmente obtido pelo PNCF Social e PNCF Jovem, enquanto as despesas produtivas são custeadas por meio do PRONAF Investimentos, assegurando equilíbrio entre desenvolvimento coletivo e fortalecimento individual dos cooperados.

Quadro 1 – Responsabilidades da COOPATAN no PNCF

Etapa	Atuação da COOPATAN
Georreferenciamento	Custeio e encaminhamento da documentação exigida pela Lei nº 10.267/01.



Documentação dos beneficiários	Suporte integral na regularização e envio dos documentos obrigatórios ao sistema.
Estruturação dos condomínios	Financiamento coletivo via PNCF Social e PNCF Jovem e arcar com os custos iniciais do processo, inclusive às exigências do INCRA.
Produção agrícola individual	Apoio com crédito do PRONAF Investimentos para aquisição de insumos e equipamentos.
Jovens beneficiários	Facilitação documental (comprovação via Casa Familiar Rural) para acesso ao PNCF Jovem.

Fonte: Autoras da pesquisa (2024).

A COOPATAN desempenha papel fundamental na estruturação do acesso ao crédito fundiário por parte de agricultores familiares, assumindo despesas iniciais e promovendo assistência técnica. Suas ações alinham-se aos ODS, especialmente ao ODS 1 – Erradicação da Pobreza, ao fomentar geração de renda, inclusão social e autonomia produtiva de agricultores da região de Presidente Tancredo Neves (BA).

A atuação da cooperativa possibilita a distribuição de terras adquiridas por meio do PNCF, revertendo o cenário de concentração fundiária. Com base no pensamento de Amartya Sen (1999), tal estratégia representa a ampliação da liberdade e das capacidades humanas por meio do acesso à terra, crédito e conhecimento técnico. No quadro 2, de forma sucinta abordamos algumas estratégias que a COOPATAN utiliza com o objetivo de promover a inclusão produtiva dos agricultores.

Quadro 2 – Estratégias e seus resultados na criação de condomínios pela COOPATAN

Ação da COOPATAN	Resultado da ação
Compra e divisão de grandes fazendas	Redução da concentração fundiária e acesso à terra por pequenos produtores



Fornecimento de insumos iniciais	Viabiliza a produção nas primeiras safras
Assistência técnica (planejamento à venda)	Aumenta a produtividade e garante comercialização pela cooperativa.
Parceria com o SENAR	Oferece cursos e capacitação técnica por meio de visitas programadas.
Fomento à participação econômica local	Incentiva o protagonismo e a geração de renda na comunidade.

Fonte: Autoras da pesquisa (2024).

4.3 Desenvolvimento rural a partir da possibilidade de erradicação da pobreza

A transmissão de memórias e práticas culturais, materiais e simbólicas, fortalece a identidade e a coesão interna das famílias agrícolas, permitindo-lhes desenvolver estratégias de resistência frente às dinâmicas econômicas hegemônicas. Esse legado de saberes tradicionais assegura a continuidade de práticas agrícolas sustentáveis e desempenha papel essencial no desenvolvimento rural (IBGE, 2020).

Entre as políticas públicas que fortalecem esse cenário, destaca-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), por meio do serviço digital Terra Brasil, que facilita o acesso ao crédito para aquisição de terras e infraestrutura, conforme verificado por meio de análise documental. Segundo o Entrevistado 03, o programa funciona como alternativa à reforma agrária, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento Agrário da Bahia (SDA). O processo envolve análise pelo Estado, aprovação federal e encaminhamento do projeto ao banco contratante, responsável pelo financiamento.

Com o apoio do PNCF e do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, agricultores familiares beneficiários tiveram acesso à titularidade da terra e puderam adquirir áreas com custo reduzido (Melo, 2015). Conforme aponta o técnico de campo, o Entrevistado 04, “os condomínios são uma tentativa de tirar o produtor do estado de pobreza, proporcionando acesso à terra, aumento da produtividade e



fortalecimento da cooperativa”.

Atualmente, a COOPATAN administra quatro condomínios implantados e outros quatro em fase de implantação - Batateira I, Tesouras, São Jorge e Julião, considerando a coleta de dados da pesquisa em meados de 2024. Cada condomínio abriga de 40 a 60 famílias, com lotes médios de 12,35 hectares. Os beneficiários costumam cooperar entre si, trocando insumos e serviços, o que fortalece o vínculo comunitário e otimiza os recursos disponíveis.

Quadro 3 – Características dos Condomínios Rurais da COOPATAN

Condomínio	Ano de Implantação	Área (ha)	Situação	Culturas Principais
Eliane Oliveira	2013	138,78	Implantado	Banana, mandioca, cacau
Maria Ângola	2019	88,01	Implantado	Banana, mandioca, cacau
Mussurunga	2022	197,77	Implantado	Banana, mandioca, cacau
Caubá I e II	2024	133,74	Implantado	Banana, mandioca, cacau

Fonte: Autoras da pesquisa (2024).

No total de condomínios, considerando os finalizados e em fase de implantação, totalizam 1.192,35 hectares e beneficiam 115 famílias de agricultores. Estão localizados em Tancredo Neves (BA), próximos entre si, alguns separados apenas pela BR-101, o que favorece a logística de assistência técnica, transporte e comercialização da produção.

Segundo Oliveira (2007), citado por Santos e Cândido (2013), a agricultura familiar é fundamental para a permanência do agricultor no campo, devido à sua capacidade gerencial, flexibilidade e aptidão para a diversificação produtiva, o que reduz o êxodo rural e fortalece o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a seguir, ao considerarmos o objetivo da pesquisa, descrevemos sucintamente os depoimentos dos cinco agricultores entrevistados, intitulados de



beneficiários (B1...B5) do PNCF que atuam nos condomínios rurais.

Depoimento do Beneficiário 5 - Condomínio Eliane Oliveira (1º a ser fundado)

A criação de condomínios rurais tem contribuído para erradicar a pobreza e melhorar a qualidade de vida em áreas rurais. Um exemplo é o caso de um agricultor familiar de Valença, que conheceu o programa através da COOPATAN e da Casa Familiar Rural, essa última busca preparar técnicos empreendedores para gerir suas propriedades. Sem terras inicialmente, o agricultor enxergou a oportunidade de mudar de vida, inspirado por sua vivência vendendo frutas com a avó. A filiação ao condomínio foi facilitado pela COOPATAN, apesar da demora de dois anos na regularização das terras.

Com acesso a crédito via PRONAF Investimentos e financiamento pelo PNCF Social, o produtor começou a desenvolver sua propriedade. Sua renda aumentou significativamente, permitindo que, em três anos, ele deixasse o programa Bolsa Família.

Atualmente, cultiva banana-da-terra e mandioca, com produtividade média de 40 toneladas por hectare. A renda gerada permitiu a aquisição de dois meios de transporte para escoamento da produção e o planejamento da construção de uma casa no condomínio, consolidando sua autonomia financeira e qualidade de vida.

Depoimento do Beneficiário 4 - Maria Ângola (2º a ser fundado)

Um agricultor de Valença, residente em Teolândia e atuante em Tancredo Neves, transformou sua vida ao ingressar no Condomínio Maria Ângola. Ele conheceu o programa através de um colega e percebeu na proposta uma oportunidade de adquirir uma área de terras sem custos iniciais, contando com o apoio da COOPATAN para a documentação e insumos. Diferente de outros casos, sua regularização fundiária foi rápida, permitindo foco total na produção agrícola. Sua renda, antes equivalente a um salário mínimo, dobrou com o tempo, mesmo com os constantes reinvestimentos.

O beneficiário 4 diversificou sua produção com banana-da-terra, banana-maçã e cacau, utilizando linhas de crédito do Banco do Nordeste, o que demonstra a importância do apoio institucional. Sem depender de programas sociais, ele trabalha de forma



autônoma, deslocando-se diariamente entre Teolândia e Tancredo Neves. O programa proporcionou não apenas estabilidade financeira, mas também uma melhoria significativa na sua qualidade de vida.

Depoimento do Beneficiário 1 - Condomínio Mussurunga (3º a ser fundado)

O beneficiário 1 conheceu o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) através da COOPATAN, que promoveu a organização do Condomínio Mussurunga, transformando uma fazenda improdutiva em um espaço produtivo coletivo.

Motivado pelo desejo de ter sua própria terra e gerar renda com a agricultura familiar, o beneficiário 1 contou com o apoio técnico, logístico e financeiro da COOPATAN. Além disso, o agricultor acessou um financiamento de R\$ 20 mil, investindo em equipamentos de manejo. A participação familiar e a assistência técnica criaram um ambiente produtivo e sustentável.

Antes de entrar no PNCF, a renda do agricultor entrevistado era de apenas R\$ 30 por dia, na condição de trabalhador temporário. Após a adesão ao condomínio, sua situação econômica melhorou significativamente: conseguiu pagar parcelas de financiamento, acessar novas linhas de crédito e se desvincular do Bolsa Família.

O caso evidencia como condomínios rurais, aliados ao crédito, suporte técnico e organização cooperativa, são instrumentos eficazes para promover autonomia econômica, inclusão social e erradicar a pobreza no meio rural.

Depoimento do Beneficiário 3 - Condomínio Mussurunga (3º a ser fundado)

O beneficiário 3 conheceu o programa por meio da Casa Familiar Rural (CFR) e da COOPATAN, que buscava produtores qualificados, destacando a importância da integração entre capacitação e oportunidades de acesso a terras.

Sem terras próprias e com poucos recursos, o beneficiário 3 encontrou no condomínio rural uma chance de superar barreiras e garantir acesso à terra e à renda. A COOPATAN ofereceu suporte técnico e operacional, facilitando sua adesão e



incentivando a colaboração familiar e comunitária, como a parceria com meeiros no cultivo de bananas.

Apesar de desafios, como o difícil acesso à energia elétrica, o beneficiário 3 conseguiu melhorar significativamente sua renda, que passou de menos de um salário mínimo para mais de R\$ 2 mil mensais, antes mesmo de iniciar o pagamento do financiamento. Atualmente o agricultor, cultiva bananas e planeja expandir com o plantio de cacau, demonstrando como os condomínios rurais promovem não só geração de renda, mas também práticas agrícolas sustentáveis e diversificadas.

Depoimento do Beneficiário 2 - Condomínio Caúba I e II (5º a ser fundado)

O beneficiário aderiu ao PNCF por meio da COOPATAN, optando pelo Condomínio Caubá, onde vislumbrou a oportunidade de romper com o ciclo de pobreza. Natural da região e filho de trabalhador rural, sua motivação foi transformar a relação com a terra em uma fonte de renda digna. Antes do condomínio, sua renda era de um salário mínimo. Com a sua participação, a renda dobrou, alcançando cerca de dois salários mínimos, desvinculando-se do Bolsa Família antes término da carência do financiamento.

Apesar de enfrentar entraves burocráticos, como a demora na regularização da documentação, o apoio da COOPATAN foi essencial para superar os desafios. Atualmente, o agricultor cultiva banana e hortaliças, vendendo na cooperativa, em feiras e mercados locais, e trabalha em parceria com outros produtores, ampliando sua produção e garantindo estabilidade financeira. O caso evidencia como o modelo de condomínio rural promove inclusão social e produtiva, aumento de renda no meio rural.

Para facilitar o entendimento e atingir o objetivo da pesquisa, criamos o quadro 4 que traz um resumo que aborda aspectos relevantes levantados em campo, acerca das declarações dos cinco beneficiários dos quatro condomínios rurais implantados.

Quadro 4- Resumo dos depoimentos dos beneficiários entrevistados do PNCF



Condomínio	Origem/Contexto Familiar	Motivação para Participação	Apoio Recebido	Evolução da Renda	Impacto do Programa
Eliane Oliveira (Beneficiário 5)	Agricultora familiar de Valença, com vivência na venda de frutas com a avó.	Mudar de vida e empreender na agricultura.	Apoio institucional na filiação e acesso a crédito (Pronaf e PNCF Social).	Aumento expressivo da renda; saiu do Bolsa Família em 3 anos.	Expansão patrimonial, aquisição de áreas e transporte e planejamento de moradia no condomínio.
Maria Ângola (Beneficiário 4)	Agricultor de Valença, residente em Teolândia, atuante em Tancredo Neves.	Oportunidade de ter área produtiva sem custos iniciais, apoio para documentação e insumos.	COOPATA N auxiliou no financiamento e documentação.	De 1 para 2 salários mínimos.	Independência financeira, produção diversificada e acesso a crédito.
Mussurunga (Beneficiário 1)	Trabalhava como diarista por R\$ 30/dia.	Desejo de ter terra própria e garantir renda com agricultura familiar.	Suporte técnico, insumos, crédito de R\$ 20 mil.	Renda passou de R\$ 30/dia para valor que permite pagar parcelas de R\$ 3.500 e sair do Bolsa Família.	Autonomia produtiva, planejamento de moradia no condomínio.
Mussurunga (Beneficiário 3)	Família numerosa e com poucos	Superar a falta de terra e melhorar	Apoio técnico da COOPATA	De menos de 1 salário mínimo	Consolidação da produção, com planos



	recursos; tinha apenas 7 ha.	condições econômicas.	N e parcerias comunitárias.	para mais de R\$ 2 mil mensais.	de diversificação para cacau.
Condomínio Caubá I e II (Beneficiário 2)	Filho de trabalhador rural; renda familiar limitada a 1 salário mínimo.	Romper com a pobreza e transformar relação com a terra.	COOPATA N orientou e organizou o processo.	De menos de 1 para 2 salários mínimos.	Participação em cadeia produtiva sustentável, independência de programas sociais.

Fonte: Autoras da pesquisa (2025).

Os dados coletados demonstram o papel da política pública aliado a atuação de uma cooperativa agropecuária na mudança de vida de agricultores, o que tem contribuído para o desenvolvimento das comunidades de seu entorno, principalmente na erradicação da pobreza no meio rural.

5. Considerações finais

Este artigo tem como objetivo analisar como as práticas de gestão da COOPATAN estão alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados para a erradicação da pobreza, por meio da criação de condomínios rurais para agricultores familiares. A agricultura familiar no Brasil é fundamental para o desenvolvimento rural, mas enfrenta dificuldades como baixos índices de produtividade, acesso limitado a terras, mercados e crédito, resultando em vulnerabilidade econômica e social.

Políticas públicas aliadas ao papel de cooperativas, têm sido essenciais para combater a pobreza rural e fortalecer a economia local. A pesquisa foca no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que facilita o acesso à terra para pequenos produtores, e no papel da COOPATAN em apoiar esses agricultores com assistência técnica e organização em cooperativas.



Os resultados mostram que o PNCF, aliado à COOPATAN, tem melhorado as condições de vida dos agricultores familiares ao criar condomínios rurais, por intermédio do acesso ao crédito na aquisição de terras, suporte técnico e acesso a mercados. E, para além disso, a adesão ao programa ajudou agricultores familiares a superar a pobreza, aumentando sua renda e melhorando sua qualidade de vida.

A pesquisa enfrentou dificuldades, principalmente no acesso presencial aos beneficiários que ficaram limitados a 05 pessoas. E, a maioria não se sentiram à vontade para participar no formato online.

No entanto, foi possível concluir que o PNCF, em parceria com cooperativas como a COOPATAN, é uma estratégia eficaz para combater a pobreza rural, promovendo a inclusão social e a autonomia econômica dos agricultores familiares. A continuidade e o aprimoramento dessas políticas públicas são essenciais para ampliar seus benefícios.

Referências

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDES).

Relatórios e publicações institucionais, 2021. Disponível em:

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22344/3/PR__REL.ANUAL_2021.pdf
f. Acesso em 10.10.2024.

GALINDO, M. L.; CASTRO, A. M.; RESENDE, A. A.; CRAVO, A. P. Impactos das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar no Brasil: uma análise das iniciativas de apoio aos agricultores. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 1, p. 45-62, 2015. Disponível em:

<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121707/1/819705497.pdf>. Acesso em 11.10.2024.

GOMES, E. A.; CAZELLA, P. E.; BÚRIGO, L. F.; BIROCHI, J. S. Política pública para o desenvolvimento da agricultura familiar: uma análise da Lei nº 11.326/2006. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia**. São Paulo, 2014. p. 1-10. Disponível em:

https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=170. Acesso em 10.07.2024.

JACQUES, P. T.; VERGINIO, E. R.; ESTEVEAM, L. M. Sustentabilidade e práticas de cooperativismo no meio rural: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Estudos Rurais**, v. 35, p. 85-95, 2020. Disponível em:



<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/download/8665666/29544>.
Acesso em: 15.08.2024.

MELO, M. F. **Políticas públicas para a agricultura familiar no município de Russas**. 2015. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Administração em Gestão Pública) - Universidade Federal do Ceará, Russas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36017>. Acesso em: 20.08.2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>. Acesso em: 22.05.2025.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). **Relatório Anual 2017**. Brasília: OCB, 2017. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/conteudos/publicacoes>. Acesso em: 12.12.2024.

OSORIO, M. A.; SOARES, M. L.; SOUZA, L. F. Políticas públicas e a agricultura familiar no Brasil: desafios e avanços. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 12, n. 3, p. 200-214, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1501/1/td_1619.pdf Acesso em: 01.08.2024.

SANTOS, J.G; CÂNDIDO, G.A. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. São Paulo, v.7, n. 1, p-70-86, 2013. Disponível em: <https://rgsa.openaaccesspublications.org/rgsa/article/view/528>. Acesso em: 30.12.2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SPANEVERELLO, A.; DREBES, P.; LAGO, D. A. O papel das cooperativas na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. **Revista de Economia Rural**, v. 8, n. 2, p. 30-45, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo58.pdf>so. Acesso em: 07.11.2024.

TORRES, M. M.; CAZANE, G. R.; DERÓBIO, S. R.; OLIVEIRA, T. L. O cooperativismo rural e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. **Journal of Rural Studies**, v. 18, p. 110-125, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/journal-of-rural-studies>. Acesso em: 30.01.2025.